

O ESTADO NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA

RODRIGUES, Claudio Cezar Cabreira¹

RESUMO

O presente trabalho procura demonstrar um pouco das políticas Neoliberais do Estado Brasileiro, em relação à questão da reforma agrária. Para tanto, também analisa, parcialmente, a relação do Neoliberalismo com a globalização e seus efeitos nos governos da América Latina e especificamente no Brasil. Também tenta demonstrar como se deu a transição de poder da Ditadura Militar para a Democracia, através da análise de suas políticas de reforma agrária e como se deu o tratamento ao camponês que tenta se organizar para pressionar este Estado, ao longo dessa transição. Quando governo civil assumiu o poder, novamente se renovaram as esperanças de políticas sociais, agrárias mais igualitárias, mas estas somente fazem povo brasileiro, viva em um pseudo bem estar em relação aos governos anteriores com políticas sociais mais vantajosas para os mais pobres, no campo ainda não se viu uma política agrária que mexa com a estrutura fundiária do país, continuando milhares de trabalhadores rurais as margens das políticas de acesso a terra no Brasil

Palavras chave: Políticas de acesso a terra, Ditadura Militar, Globalização.

¹ Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial- pela -Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- Campus São Borja-Brasil -Maestrando em Políticas Sociales pela Universidad Nacional de Misiones, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales – (UNAM), Campus- Posadas – República Argentina - Pós-Graduando em Agricultura Familiar Camponesa e Educação no Campo-(Residência Agrária)- pela Universidade Federal de Santa Maria-(UFSM),Campus Santa Maria,Rio Grande do Sul-Brasil. -claudiocado@yahoo.com.br. Telefone contato cel.:(55)91378227.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo este sistema de domínio brotou com intensidade logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde dominava o capitalismo. Este modelo estrutural político foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista. Seu texto de origem é “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, apontando que este comportamento podia tornar-se uma intimidação funesta à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995).

Um dos marcos dessa política neoliberal foi o Consenso de Washington onde foi editada a Cartilha Neoliberal, que teve como um de seus principais autores o Banco Mundial e o FMI, tendo como focos principais: a abertura da economia dos países subdesenvolvidos para capital estrangeiro sem restrições, sem a intervenção do Estado, com livre concorrência para as empresas estrangeiras se instalarem nesses países, privatizações, corte de gastos com pessoal e, principalmente a sua desburocratização. Essa cartilha, a princípio seria restrita a poucos países, no entanto foi utilizada por mais de 60 países, que queriam se beneficiar com a injeção de capital estrangeiro (COUTINHO, 2002).

Após a implantação desse programa neoliberal, em alguns Estados Latinos Americanos teve na sua grande maioria que enfrentar crises no setor social, a desigualdade cresceu desordenadamente. Agenda do Estado começou a engrossar com diferentes manifestações de questões sociais para haver mais equidade na distribuição de renda entre as classes, no entanto, essas reivindicações agravaram ainda mais a crise que estes países vinham enfrentando.

Com os acontecimentos internacionais de políticas econômicas, impulsionadas pela Inglaterra e pelos Estados Unidos, para países em desenvolvimento, para terem acesso a empréstimos com objetivo de regular seus problemas financeiros estes teriam que adotar aperfeiçoamento na política estatal.

O exemplo de gestão de Estado proposto pelo órgão internacional de crédito, o FMI, é um modelo que privatiza a maioria de seus serviços, pode até ser mais ágil, mas o poder de decisão fica nas mãos de poucos, o que pode causar conflitos de interesses, na realidade concreta, querem que os funcionários sejam bem remunerados, concursados e não sejam politizados, coisa que raramente acontece.

Na realidade do sistema político neoliberal que visa à especialização da mão-de-obra, em uma determinada função (montagem de automóveis, etc.) para atrair empresas para suas

idades e regiões. E as pessoas de baixa escolaridade que muitas vezes, já de idade acima de quarenta anos que não consegue ingressar facilmente no mercado de trabalho. Esses indivíduos ficam abaixo do exército de reserva, gerados pela desigualdade da economia vigente, às vezes se torna perigoso para o próprio sistema, esses não encontram saída para seus problemas na agenda do Estado em alguns casos recorrem à marginalidade ou conseguem integrar-se a movimentos sociais de luta por terra, trabalho e moradia.

O Neoliberalismo e a Ditadura Militar no Brasil

Com a renúncia de Jânio Quadros, (presidente eleito no Brasil antes do golpe militar), após um curto período de governo, foi permitido que João Goulart (Jango), o vice-presidente assumisse o poder em setembro de 1961. O país fervilhava em lutas camponesas e operárias. No Nordeste, os camponeses² se mobilizavam em organizações de trabalhadores rurais e, no Sudeste em sindicatos que lutavam pelos direitos suprimidos do operariado.

A economia tinha índices desfavoráveis e a inflação aumentava. Era preciso um conjunto de medidas que beneficiassem implicitamente a população mais pobre do país. O governo Jango queria implantar reformas de base, ou seja, mexer nas estruturas econômicas e sociais.

Parecia inacreditável, finalmente o governo lembrava-se do trabalhador rural. Na época os movimentos camponeses se organizavam em todo o país. O governo precisava fazer alguma coisa para que o Brasil não se tornasse um país socialista, pois, em Cuba já estava implantado o novo regime, criando adeptos e simpatizantes na América Latina.

A reforma agrária do governo Jango pretendia a desapropriação de 100 quilômetros de cada lado de todas as rodovias federais, o governo pretendia distribuir estas terras aos camponeses.

Essa idéia não foi tirada do nada, ela foi idealizada pelo então ministro Celso Furtado, que previa que com novas e pequenas propriedades haveria um aumento de fluxo do mercado interno, pois, produzindo eles teriam condições de consumir. Assim, as indústrias também cresceriam e com ela a economia do país (MORISSAWA, 2001).

² O "camponês" tradicional no Brasil nada tem a ver com a referência internacional ao camponês, residente em sua aldeia ancestral, mas ao contrário, é essencialmente um lavrador **sem terra** e permanentemente deslocando-se. É um lavrador sem propriedade e com uma frágil posse da terra, no passado sempre sujeito ao favor, hoje ao sabor de flutuações derivadas do avanço da modernização no campo. Na impossibilidade de acesso à propriedade formal da terra, bem como no acesso informal e transitório à posse dela, situa-se a raiz da dependência do nosso "camponês" em relação ao proprietário fundiário (ALMEIDA apud MARTINS, 1996).

A maioria do povo estava a favor das medidas econômicas do governo, mas empresários da elite³ brasileira e norte-americana, banqueiros e latifundiários⁴ começaram a conspirar contra o governo, conseguindo o apoio dos militares, que justificavam essa adesão, porque Jango traria desgraça ao país através do comunismo. Esta foi a resposta das elites e dos militares, legitimando o Golpe Militar de 64.

Sendo que, Jango nunca foi comunista, porque ele pertencia à elite agrária nacional. Suas reformas estavam dentro do plano de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Seu discurso era populista e, seu objetivo era submeter o povo trabalhador ao sindicalismo, assim o governo controlaria mais facilmente as massas.

Essa demonstração de força das elites e militares foi uma clara ignorância e atraso em relação ao próprio sistema capitalista que defendiam (MEDEIROS, 1989).

Os Estados latino-americanos vêm sempre sendo observados de perto por investidores internacionais, que à menor suspeita de nacionalização, retiravam-se com seus capitais especulativos dos mercados desses países. E, com este argumento, as ditaduras se alastravam pela América Latina.

O Chile, que era um país democrático, invejado na América Latina, pois, ainda não vivia em um regime de ditadura. Em 1970, elegeu como presidente Salvador Allende, médico socialista democrático, que contava com o apoio do povo e de partidos de Esquerda, foi o primeiro presidente socialista eleito pelo povo na História da Humanidade. Seu discurso colocava reformas populares, entre elas a reforma agrária, estatização dos bancos, aumento de salários entre outros benefícios a populações carentes (MORISSAWA, 2001).

Conforme o mesmo autor, alguns países da América Latina já mantinham o regime neoliberal, o Chile como um país socialista se tornava um ameaça aos interesses dos Estados Unidos, que incentivaram os militares a tomar o poder. Então, em setembro de 1973, um golpe sangrento foi deflagrado. Nesse conflito, Allende foi assassinado dentro do palácio do governo, seguindo-se inúmeras perseguições e morte de cidadãos.

Estabeleceu-se, assim, a ditadura militar no Chile, onde o governo foi entregue ao comandante do golpe: o general Augusto Pinochet, que foi um os primeiros a aplicar na sua melhor forma a cartilha neoliberal na América Latina. Ele desregulou totalmente a economia do país, abrindo para capital especulativo estrangeiro, onde esses iriam explorar os recursos

³ Elite: Na Sociologia é Minoria prestigiada dominante no grupo, constituída de indivíduos mais aptos e /ou mais poderosos. (FERREIRA, 1986)

⁴ Latifundiário: Dono de **latifúndio** (propriedade rural característica dos países subdesenvolvidos, de monocultura e com terras incultas, exploradas por um só proprietário que utiliza mão-de-obra não especializada mediante a um salário muito baixo) (FERREIRA, 1986).

naturais do país, favoreceu a classe média alta e reprimiu as camadas populares, monopolizou os meios de comunicação, onde, através deles atacava de maneira veemente o socialismo e o comunismo como prejudiciais á vida dos chilenos, deixando o povo à margem de suas políticas de desenvolvimento (ANDERSON, 1995).

Porém, a ditadura não aconteceu em todos os países, no entanto onde o exército exercia influência o neoliberalismo se achava presente e fortemente defendido. Deste modo, os conflitos entre governo e população eram comuns.

No caso da Venezuela, em 27 de fevereiro de 1989, aconteceu o “Caracazo” que foi a revolta da população com os pacotes neoliberais do governo, subindo as passagens dos transportes urbanos. Fora previsto que o preço da gasolina subisse 100%. Este aumento fazia parte da política neoliberal adotada pelo presidente Carlos Andrés Pérez, houve protestos da população, queimando ônibus, saqueando lojas, que teve uma intervenção pesada do exército, que matou milhares de pessoas em defesa dos pacotes neoliberais (GOTT, 2004).

Conforme Anderson (1995), chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 1989, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, a eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes revelou ao povo, antes de ser eleito de seus verdadeiros objetivos. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas antipopulistas que programaram nos anos 90, onde houve profundo descontentamento da população.

A condição política da deflação, da desregulamentação, do desemprego, da privatização das economias, dos países Latinos Americanos foi uma concentração de poder extraordinário, mas tanto, que em alguns países no caso, Argentina e no Peru Menem como Fujimori tiveram de inovar com uma legislação emergencial de reformas na constituição e no aparato burocrático estatal.

Mas geralmente não havia mudanças nos setores dos altos escalões, pois, seus cargos ordinariamente eram ganhos através de práticas clientelistas, não adiantando agilidade burocrática, com o poder de decisão monopolizado e direcionado para as classes dominantes, com mais poder de pressão econômica, enquanto que, a grande maioria da população encontrava-se em estado de pobreza, dependendo diretamente de programas sociais de intervenção do Estado.

Globalização

O neoliberalismo e a globalização andam sempre de mãos dadas. O que seria globalização? Esta palavra traz sínteses de transformações radicais na economia e na cultura de países de terceiro mundo. Diferenciando seus modos de consumo, determinado por países desenvolvidos. Estes acabam perdendo aos poucos seu perfil autóctone de produção, implantando o que é disseminado por os meios de comunicações e assim adotando padrões “ditos” mundiais por serem melhores que os seus (COUTINHO, 2002).

Conforme mesmo autor, o fenômeno globalização quando analisado, por diferentes autores é predominantemente das comunicações. Sendo que seu objetivo maior é o econômico, os meios de comunicações são apenas um dos instrumentos de sua propagação onde se cria arquétipo de consumo com mudanças profundas nos modos de vida das populações de países de Terceiro Mundo afetando diretamente sua economia e aumentando a desigualdade social.

Esta nova era globalizada estimula a miséria e a destruição do meio ambiente. Além de gerar a exclusão social de milhões de seres em todo o mundo, principalmente em países com dependência direta de capital estrangeiro. É um “Colonialismo de Mercado” que submete povos e governos. São vários os países afetados por esta internacionalização da economia, eles se transformam em reservas de mão-de-obra barata e de recursos naturais (MORISSAWA, 2001).

Conforme o mesmo autor, uma das alavancas do capital global está no desemprego mundial. É na pobreza de massa que determina o valor do trabalho em âmbito internacional. Quando estas multinacionais escolhem um lugar para se instalar, por que ali é o paraíso da mão-de-obra barata, podendo facilmente encontrar outros, quando esses trabalhadores começarem a exigir direitos trabalhistas e aumento de salários. Então, esta empresa sai da “Baratolândia” e se instala a “Miserolândia”.

Também esta situação acontece no campo. Esta avaliação de capital especulativo para se instalar em um determinado lugar, ele também avalia a pobreza rural e a existência de uma grande massa de trabalhadores rurais sem terra, além de desempregados. O pobre do campo ou sem terra, acaba indo para as cidades procurar um meio de sobreviver, ajuda na queda dos salários da economia industrial urbana.

A Política Agrária da Ditadura no Brasil

Já em 1964, o então presidente Marechal Castelo Branco, (Presidente indicado por os militares golpistas), decretou a primeira lei de reforma agrária no Brasil em quase 500 anos, denominada de Estatuto da Terra. Ela vinha através da distribuição de terras, evitarem revoluções sociais, como aconteceu em Cuba em 1959 (MORISSAWA, 2001).

Os jornais da época, como Estado de São Paulo, noticiaram que os latifundiários fizeram pressão contra essa lei, para parecer que ela seria sancionada. Junto com essa lei, foi criado o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), órgão brasileiro que seria responsável pela reforma agrária e questões de terra, totalmente dominadas pelo Estado Militar implantado (MEDEIROS, 1989).

O Estatuto da terra jamais foi colocado em prática, era uma lei de “faz-de-conta”, foi lançado para reter os problemas momentaneamente no campo, também para o Estado viabilizar sua política econômica neoliberal, que manteve a questão agrária sob controle do poder central.

Em fim, o Estatuto da Terra não saiu do papel, no tempo que o regime militarista vigorou no Brasil e, mesmo depois de seu fim houve uma grande demora por parte dos governos subsequente para tentarem colocá-la em prática, mas até contemporaneamente ela só favorece a elite agrária.

Assim, o acesso a terra fica restrito aos camponeses, mas totalmente aberto às empresas capitalistas. O Estatuto da Terra tinha como objetivo maior diminuir os conflitos pela terra, controlar as lutas sociais. Mas, de nada adiantou, pois de 1965 a 1981, foram feitas oito desapropriações em média, por ano, e aconteceram setenta conflitos por terra em media por ano. As políticas de acesso à terra dos militares começaram a ficar desgastadas, que então recorreram a projetos de colonização (MORISSAWA, 2001)

Segundo, o mesmo autor, uma das políticas de colonização do governo militar, foi a Amazônia Legal. Pela propaganda oficial havia terra em abundância a espera de colonizadores, às margens da grande rodovia Transamazônica, que ia de Cuiabá a Santarém e de Cuiabá a Porto Velho. Essa política desarticulou movimentos camponeses, que estavam surgindo nos quatro cantos do Brasil. O governo legitimava suas ações, através da frase: “Levar homens sem terra, para terras sem homens”.

Mas, grande parte da região havia sido entregue as grandes empresas estrangeiras, que ali se encarregavam de explorar recursos naturais. Essa política ignorava a existência de populações indígenas, caboclas e até de pequenos centros urbanos nessa região.

Tudo isso, resultou no aumento do conflito pela terra. As empresas estrangeiras vinham com grandes projetos de hidroelétricas, exploração de minérios, madeireiras,

rodovias, estradas de ferro. Isto causou a apropriação e expropriação de terras que já haviam sido ocupadas por posseiros e caboclos, além da extinção de reservas indígenas (TEDESCO&CARINI, 2007).

Outra política neoliberal do governo militar, foi à modernização no campo, eles alegavam que o campo era um lugar atrasado, empecilho para o desenvolvimento do país. Para dar sustentáculo a esta visão de desenvolvimento surgiram várias teorias como a de Walt Rostow, denominada de “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, adotada como referência pelos conservadores, e as Teorias do Dualismo Econômico. Todas elas tendo como objetivo o crescimento econômico dos países através da transformação dos setores tradicionais, portanto atrasados, em setores modernos. Essas transformações se deram através da implementação de uma sociedade urbano-industrial com altas necessidades de consumo (SILVA, 2001).

Dentro da visão de desenvolvimento apresentada até o momento a agricultura camponesa passa a ser considerada como um setor atrasado, tornando-se um empecilho para o processo de crescimento. A saída era torná-la “modernos”, assim como os demais sistemas produtivos, desenvolvidos. Essa modernização do campo passaria por uma reestruturação agrícola e agrária, liberando assim a mão-de-obra excedente na agricultura camponesa para os setores industriais e comerciais urbanos. Para isso seriam introduzidos pacotes tecnológicos que ampliassem a produtividade do trabalho, aumentando também a inversão de capital.

Para elevar a agricultura tradicional ao patamar tecnológico desejado, iniciou-se a implementação, logo após a segunda guerra mundial, do plano chamado “Revolução Verde”. Esse processo gerou um quadro de insustentabilidade no meio rural, provocando impactos sócio-ambientais profundos, ampliando a pobreza e a concentração de renda.

A Revolução Verde se caracteriza principalmente pela introdução de um modelo agrícola, no final da década de 40, baseado na mecanização e na utilização de insumos químicos através da artificialização da agricultura. Foram introduzidas com base em dois princípios básicos, as maximizações da produção e do lucro (GLIESSMAN, 2001).

Segundo o mesmo autor, este modelo possui um conjunto de seis técnicas que são as seguintes: cultivo intensivo do solo, monoculturas, irrigação, aplicação de fertilizante inorgânico, controle químico de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas. Cada uma possui um papel específico, mas, no entanto, entre elas há uma relação de interdependência, reforçando a necessidade de usá-las.

Estas características da Revolução Verde, que se apresentou como a panacéia para acabar com a fome no Brasil e no mundo, porém nada mais foi, do que um modo de enriquecer as indústrias de maquinário pesado e da venda de insumos e adubos químicos para

a agricultura acabou deixando em segundo plano as idéias de reforma agrária, abandonando até seus programas de acesso a terra: a Amazônia Legal, colonização do Mato Grosso do Norte, que eram considerados, pelo governo militar, casos de segurança nacional (TEDESCO & CARINI, 2008).

Êxodo Rural

Essa mudança na agricultura só aumentou a concentração de capital e terra, pois, pequenos agricultores, com pouca terra ou mesmo sem terra, que viviam em processo de agricultura tradicional, não tinham como se manter no patamar tecnológico, estipulado pelo processo da Revolução Verde. Este processo visava à produção para a exportação (soja, café, trigo, arroz, etc.), não produzindo para a subsistência das famílias camponesas e nem para o mercado interno (SILVA, 2001).

Como não puderam acompanhar a essa mudança radical, ocorrida no campo, muitos migraram para a cidade para não passar necessidades com sua família. Foram para os grandes centros, em busca de recursos e meios para sobreviver. Este processo ficou conhecido como “Êxodo Rural”.

Esta migração desordenada foi maquiada com o milagre econômico no Brasil, onde a construção civil foi à grande vedete desse processo, onde o governo proporcionou a construção de obras faraônicas, nunca esquecendo que a obra quando começa já tem seu fim pré-determinado. Mesmo um prédio, por maior que fosse não durava mais que um ano para ser concluído, logo esses trabalhadores teriam de buscar outras fontes de rendas, como serviços informais ou mesmo até ficando a margem.

A política neoliberal que criou o Milagre Econômico, e impulsionou os grandes centros urbanos, e os fizeram crescer de modo caótico; foi mesma da revolução verde, que fez com que os camponeses abandonassem o campo, instituiu a ilusão a essas pessoas que as cidades e as grandes obras realizadas nelas, lhes dariam respaldo para sustentarem suas famílias, no entanto, o trabalho era praticamente temporário, não exigindo estudo e mão-de-obra especializada, levando essas pessoas e suas famílias a terem que se sustentar com trabalhos temporários ou tornaram-se indigentes.

A Nova República e a Questão Agrária

Os descendentes, dos camponeses que migraram do campo no tempo do Milagre Econômico brasileiro, aos poucos foram perdendo a ligação com o meio rural, virando mão-de-obra barata para as indústrias. Processo que se iniciou na década de 70 principalmente com aspectos sócio econômicos da agricultura brasileira que denominada modernização dolorosa que causou o êxodo rural (MELLO, 2002).

Conforme mesmo autor, por estes motivos trabalhadores urbanos, além de posseiros, assalariados rurais parceiros, meeiros e pequenos agricultores com terra insuficiente para a reprodução da família, vêm na reforma agrária e nos movimentos sociais insurgentes, a oportunidade de retorno a áreas rurais buscando não necessariamente recriar o modo camponês, mas alternativas de sobrevivência para sua família. Dando a expressão da necessidade da terra para exercer a liberdade de trabalhar, de plantar e de viver a seu modo.

Com a transição de o governo militar para o civil, a anistia dos exilados políticos, dá uma nova esperança para as classes camponesas na reforma agrária, já que foi frustrada na lei da reforma agrária realizada pelo governo militar. Lei que nada mais era do que a criação do latifúndio produtivo. Os militares fizeram acordo para devolverem o poder, pois, a ditadura se encontrava totalmente desgastada. Mesmo com o domínio do aparato coercivo do Estado estava dificultoso manter seu governo, pois a dívida externa estava impagável, bolsão de miséria nas cidades e no campo, inflação galopante e falta de alimentos e saúde básica para a população.

Deu-se o processo de Diretas Já! O Primeiro presidente escolhido pelo povo após o Golpe Militar de 64. Sai às ruas o povo brasileiro e com eles os movimentos sociais. Tancredo Neves foi eleito, mas morreu antes de assumir o cargo, ficando seu vice José Sarney, (atualmente senador). Sarney que era presidente da ARENA, o partido elitista da época do domínio militar, representante do latifúndio do Norte, que fazia oposição ao MDB, porém, ambos os partidos respondiam aos militares (TEDESCO & CARINI, 2007; MORISSAWA, 2001).

No governo Sarney continuou com os pacotes neoliberais dos militares, onde houve vários arrochos salariais e econômicos, com pressão dos grupos demandantes da reforma agrária, surgem novamente, as discussões sobre essa questão. No entanto, este governo nada realiza de novo: mudanças econômicas, mudanças de moeda, aplicação de pacotes neoliberais mais ofensivos. Mas com a Constituinte, esses grupos têm novas esperanças em mudanças no Brasil, tentam trazer as discussões sobre reforma agrária e equidade social.

Mas dentro deste contexto de acontecimentos, surge a UDR (União Democrática Ruralista) que vê dentro do aparato do Estado um solo fértil para manter a hegemonia das

grandes propriedades. Eles começam o processo de doação de seus sócios para o financiamento de campanhas de políticos, para elegerem senadores, deputados federais e estaduais declarando oposição aberta aos grupos demandantes pela reforma agrária que vinha pressionando na Assembléia Nacional Constituinte desde 1986 (MORISSAWA, 2001).

O Governo Collor

Nesta mesma época, surge a figura de Ronaldo Caiado para candidato a Presidência da República apoiada pela UDR, que fazia leilões de gado, doações em dinheiro para fundo das campanhas dos candidatos comprometidos com suas teses, e também, principalmente para mobilizar os produtores, para difundir entre eles e direcionar as suas pretensões políticas. No entanto, Ronaldo Caiado é vencido por Fernando Collor de Mello, que desde o começo faz um governo populista e bastante conturbado. Enquanto isso, os trabalhadores rurais de vinte e um Estados na “Caravana Nacional pela Reforma Agrária” vai a Brasília, em outubro de 1987, na Assembléia Nacional Constituinte, para colocar a reforma agrária em um dos artigos da Nova Constituição, não conseguiram prover qualquer abalo nesse quadro melancólico (MEDEIROS, 1989).

Acirrava-se também a luta de classes, de um lado o povo sofrido com dívidas impagáveis em bancos, falta de alimentos e corrupção no Governo Collor, que nada mais era do que o perfil da classe dominante, com propostas de grandes feitos, adotando fielmente os pacotes neoliberais. Fortalecem-se novamente os movimentos sociais, que denunciam e saem na rua com as “caras pintadas” pedindo o impeachment de Fernando Collor de Mello (hoje senador).

Collor renunciou mesmo antes de ser julgado o seu impedimento, o senado cassou seus direitos políticos por oito anos, mas a promessa de Collor para as elites que era a modernização econômica para o país, seguindo o ideário do neoliberalismo com a redução da intervenção do Estado na economia (isso com certeza ele cumpriu). Foi em seu governo que as empresas estatais começaram a ser compradas mais rapidamente pela iniciativa privada, também taxas alfandegárias foram reduzidas para estimular importações quebrando inúmeras empresas nacionais. Sua alegação da redução das taxas alfandegárias era para que as empresas nacionais melhorassem a qualidade de seus produtos, chamando os carros nacionais de “carroças” (MORISSAWA, 2001).

O Governo Itamar Franco

Após o impeachment de Collor, assume o seu vice Itamar Franco, neste momento conturbado da realidade política brasileira, os conflitos no campo seguem-se ainda mais violentos e sem nenhuma solução para essa situação.

Itamar Franco apresentou-se como um político honesto, independente, porém ninguém sabia que pertencia ao PTB, partido criado por, Getúlio Vargas, ditador na década de 30, que criou este partido legitimando a democracia coisa que não havia naquela época, e durante o regime militar pertencia ao MDB. Por isso, ele continuou seguindo a política de Collor, aumentando a repressão policial contra os trabalhadores rurais e valendo-se da intervenção do Poder Judiciário para criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra (TEDESCO & CARINI, 2008).

O Governo Fernando Henrique

Em seguida, no governo de Fernando Henrique Cardoso, que governa só com medidas provisórias e fere a autonomia dos poderes legislativa e judiciária, submete o Parlamento a uma barganha clientelista e fisiológica, com a conivência de ampla maioria do Congresso Nacional. Essas práticas se inscrevem nas piores tradições da história política do Brasil, pela aprovação de sua reeleição. Ferindo os direitos e os interesses do povo brasileiro, além de submeter-se ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e interesses do capital especulativo financeiro (MOURA 2000).

Conforme o mesmo autor, os movimentos sociais, entidades da sociedade civil e sindical apresentam suas críticas e suas reivindicações perante a postura adotada pelo governo de Fernando Henrique, que são recebidos com insensibilidade, característica desse governo e enfrentam pesados ataques que visam destruir a organização social, principalmente os trabalhadores dos movimentos populares, que já vinham de uma sucessão de lutas pela melhora da política brasileira.

Não se pode esquecer que Fernando Henrique havia sido ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, onde implantou o Plano Real, apresentando-se como o “Salvador da Pátria”, fazendo a inflação cair à zero, fez uma melhor distribuição de renda, conseqüentemente aumentando o mercado consumidor, os mais pobres podiam comprar bens a crédito. Fernando Henrique, usando dessas táticas, legitimou o seu verdadeiro objetivo, que

era a privatização das estatais, incentivando multinacionais, que atraiu bilhões de dólares estrangeiros para o país.

Assim, Fernando Henrique firmou um acordo com os partidos de direita e centro-direitas para conseguir se reafirmar em seu segundo mandato. Também tentou resolver a questão agrária, com políticas do Banco Mundial e do FMI, que ficou conhecida como “Reforma Agrária de Mercado”. Essa política neoliberal do governo Fernando Henrique, que já vinha desde o governo Collor, agravando ainda mais a crise da agricultura, levando os camponeses a dívidas impagáveis e transformando-os em eternos devedores.

O argumento do Banco Mundial era que a reforma agrária deveria ser negociada entre proprietários de terras e demandantes de terras, que harmonizariam, assim, os conflitos pela terra, deixando velados seus objetivos políticos, ideológicos nele inseridos, que era o deslegitimação dos movimentos sociais de luta pela terra (TEDESCO & CARINI, 2008).

Esta política, implementada pelo Banco Mundial em cerca de 30 países em desenvolvimento; em tese deveria aliviar a “pobreza rural”. No entanto, pesquisas concretas em nações como a Colômbia, Brasil, África do Sul, Guatemala e a Tailândia apontam para muitos problemas com as políticas chamadas de mercado de terra, inclusive o aumento da pobreza (RESENDE & MENDONÇA, 2004).

Esta proposta do Banco Mundial de reforma agrária também tenta substituir a desapropriação de interesse social⁵, pela compra e venda de terras, dessa forma não haveria a penalização para os latifúndios, mas sim a valorização das terras e o aquecimento no mercado de terras, aumentando o preço e conseqüentemente beneficiando os grandes latifúndios (TEDESCO & CARINI, 2008).

O primeiro problema indicado pelos agricultores inscritos nos projetos de colonização (Cédula da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza) foi que eles não tiveram autonomia na escolha da área. Ao contrário, muitas terras foram escolhidas por políticos e pelos próprios latifundiários. Eram terras de má qualidade, que ao invés da inclusão e da cidadania a situação financeira se agravou, os que pouco tinham ficaram sem nada e, os que tinham algo se descapitalizaram-se agravando a sua situação e, por último os empréstimos não excluíram a compra de latifúndios improdutivos, passíveis de desapropriação.

Logo depois de denúncias de corrupção dos programas de acesso à terra, outro foi criado “O Banco da Terra”, que apenas era aumento do valor do financiamento, permitindo a

⁵ Desapropriação por interesse social: acontece quando a terra não cumpre a sua função social: de produzir alimentos e respeitar as leis ambientais e trabalhistas, conforme a Constituição Brasileira. Para tanto, são desapropriadas para fins de reforma agrária (RESENDE & MENDONÇA, 2004)

compra de áreas individualizadas, objetivando assim, um público mais capitalizado, deixando de ter como alvo o alívio da pobreza.

O Banco da Terra permitiu a descentralização de sua gestão através de agências estadual e núcleos municipais ou associações comunitárias. Isso garantiu a participação dos políticos locais, das associações de municípios, das organizações rurais e alguns sindicatos no programa. A exemplo da CNA (Confederação Nacional de Agricultores) que passaram a integrar o Conselho Curador do Banco da Terra, dessa forma o programa foi utilizado para beneficiar as elites rurais.

Alguns problemas do Banco da Terra, que já haviam sendo apresentados pela Cédula da Terra e o Crédito Fundiário de combate a Pobreza, como inúmeras denúncias de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos no aumento do valor da terra. Esse programa consistia como principal estratégia de integração dos camponeses com o agronegócio, mas nem todos conseguiam essa integração, somente os mais capitalizados e próximos das cadeias produtivas e dos complexos industriais (RESENDE; MENDONÇA, 2004).

O Governo Lula

Com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva ao poder, com o apoio dos movimentos sociais, confiando que a reforma agrária e a situação em geral do povo mudariam. No entanto, não foi assim que aconteceu: para chegar ao poder, Lula fez acordo com as elites conservadoras, o que incorreu no descontentamento da grande maioria dos movimentos que o apoiavam, que adotaram uma postura de oposição e cobrança de suas promessas de campanha.

Embora tenha conseguido o apoio das elites tradicionais, que constituem um núcleo essencial da direita brasileira, o governo Lula não consegue aparecer como o representante orgânico desses setores, que desconfiados das formas de regulação estatal que o governo propõe, das intenções — atribuídas ou reais — de controle do aparelho de Estado, de posição branda na relação com movimentos sociais, de falta de dureza no tratamento de governos como os de Cuba e da Venezuela, de “ideologismo” na política externa — entre outros temas.

Os programas fundiários do Governo Lula, continuaram através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que lançou o Programa Nacional de Crédito Fundiário, com três linhas de financiamento, combate à pobreza rural, Nossa Primeira Terra e consolidação da agricultura familiar.

Conforme Resende & Mendonça (2004), estes programas de combate à pobreza rural e Nossa Primeira Terra, são idênticos aos programas “Cédulas da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza”, do governo Fernando Henrique Cardoso e da mesma forma, o “Banco da Terra” tem as mesmas características da “Consolidação da Agricultura Familiar”. Todos estes programas utilizam em seu financiamento o instrumento do Fundo de Terras, para compra de áreas.

“O Fundo de Terras” foi criado para negociação direta entre proprietários e colonos sem terra. O Fundo permite que os trabalhadores adquiram uma dívida em longo prazo, enquanto os latifundiários recebam o pagamento à vista.

O Fundo foi instituído pela Lei Complementar 93/1998, o fundo possui recursos do orçamento público de retorno das operações financeiras até 2010, o fundo espera contar com R\$ 330 milhões anuais do Tesouro.

Essas aquisições pelo Fundo da Terra demonstraram fragilidade em seus registros contábeis, bem como falta de programação de seus recursos, que o levou a operacionalização aleatória e fortuita. Com isso, criou-se uma atmosfera de incertezas com relação à sustentabilidade do Fundo, gerando constrangimento quanto a futuras alocações de recursos por parte dos agentes envolvidos (RESENDE; MENDONÇA, 2004).

Considerações Finais

A Linha de Tempo Histórica acima desenvolvida, através da análise das políticas Neoliberais de acesso a Terra teve como objetivo demonstrar que o interesse maior do Poder Militar, no Brasil, não era realizar a reforma agrária e, sim, tentar controlar os movimentos sociais do campo que insurgiam na época, com grande força. Eles temiam que esse fosse o estopim de uma invasão comunista.

Essas políticas de reforma agrária e de modernização do campo foram tão bem criadas, que mesmo hoje não se vê resultados positivos para os camponeses, porém elas continuam dando vantagens somente aos grandes latifundiários, deixando o camponês sempre dependente e em desvantagem no seu acesso a políticas de modernização e a terra que tanto esperam.

Mesmo com a volta do Governo Civil, que despertou a esperança do povo camponês para uma política mais justa, esses acordos continuaram, e em alguns governos pioraram. Pois, esta volta nada mais foi de que um rodízio feito entre militares e civis para assumir o poder e continuar com as mesmas políticas neoliberais com apoio do Banco Mundial e do FMI, dando sempre prioridades a formação de um mercado globalizado, através da privatização de empresas estatais e abertura na economia para empresas estrangeiras e multinacionais.

Quando o atual governo assumiu o poder, novamente se renovaram as esperanças de políticas sociais mais igualitárias, no entanto, não passa de um governo de acordo e conluio, onde faz com que o povo brasileiro, viva em um pseudo bem estar em relação aos governos anteriores com políticas sociais mais vantajosas para os mais pobres, mas não os liberta de suas situações socioeconômicas. E no campo ainda não se viu uma política agrária que mexa com a estrutura fundiária do país, continuando milhares de trabalhadores rurais as margens das políticas de acesso a terra no Brasil

Bibliografia

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Notas de leitura sobre uma visão histórica no campo.** Publicado na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* da Universidade de São Paulo, n.º. 40, 1996, pp.13-29
- ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo.** In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro/RJ: editora, Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- COUTINHO, Dirceu M. **Globalizantes e Globalizados.** São Paulo/SP: Editora Aduaneira, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário de Língua Portuguesa.** 2ª ed, Rio de Janeiro/RJ: Editora Nova Fronteira, 1986.
- GOTT, Richard. **À sombra do Libertador: Hugo Chávez Frias e a transformação da Venezuela.** Caracas: Editora Expressão Popular, 2004.
- GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 2. ed. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2001.
- MEDEIROS, Leonilde. **História dos Movimentos Sociais do Campo.** Rio de Janeiro/RJ: FASE, 1989.
- MELLO, Ulisses Pereira de. **MST: Origens, Vivências Socioculturais e Meio Ambiente.** Mineo. Porto Alegre/RS, 2002.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo/SP: Expressão Popular, 2001.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos.** Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. 1ª ed. São Paulo/SP: Editora Expressão Popular, 2000.
- RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. **As Políticas do Banco Mundial para a Estrutura Fundiária Brasileira: Armadilhas do Mercado de Terras.** São Paulo/SP: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2004.
- SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária.** Coleção Primeiros Passos; 18. São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 2001.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (org). **Conflitos agrários no norte gaúcho – 1960 – 1980.** O Master, indígenas e camponeses. Porto Alegre /RS: EST, edições, 2007.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (org). **Conflitos agrários no norte gaúcho – 1980 – 2008.** Porto Alegre /RS: EST, edições, 2008.